

O ENSINO PRIMÁRIO NA PERSPECTIVA DO JORNAL “A REPÚBLICA”: O CÓDIGO EDUCACIONAL DE 1917 (1915-1918)

Thaís Correia Arrebola (PIBIC/CNPq/FA/Uem),
Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora),
e-mail: thaisarrebola98@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas/Maringá,
PR.

Ciências Humanas/ Educação.

Palavras-chave: Ensino Primário, “A República”, Educação.

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões sobre o ensino primário com base na análise dos artigos do jornal “A República”, do Paraná, nos anos de 1915 a 1918, com foco principal no ano de 1917 pela publicação do Código Educacional. Para a análise dos artigos do jornal, elaboramos tabelas que constam as principais informações relacionadas ao tema, além de assuntos relacionados à sociedade e à educação paranaense. Trata-se do período de organização política e administrativa da República em que os ideais republicanos ganhavam força, especialmente os de educação, com ênfase para o ensino primário, nível educacional de aprendizagem de cálculos básicos, leitura e escrita. Para que o ensino fosse bom, defendia-se que eram necessários professores preparados, então os artigos mostram, no decorrer dos anos, a especialização dos professores e a busca pelo conhecimento em São Paulo, modelo de um ensino público de qualidade. Naquele contexto, o intuito era a expansão do ensino primário para a “regeneração” da sociedade brasileira, para a modernização do país e para a construção da identidade nacional, moral e cívica dos cidadãos brasileiros, por meio da disciplina do corpo e da mente das crianças. Nesse sentido, a educação era voltada de forma a desenvolver integralmente o cidadão brasileiro do início do século XX.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo investigar as questões referentes à sociedade e ao Ensino Primário, após a Proclamação da República, publicadas no periódico “A República”, entre os anos de 1915 a 1918. Para isso, foi necessário o levantamento e a catalogação dos artigos do jornal “A República” que abordaram os aspectos da educação primária no Paraná nos anos de 1915 a 1918, além do estudo do Código Educacional de 1917. Nesse sentido, vale destacar que a escola era tida como propulsora do progresso do país, conforme Carvalho (1989), especialmente o ensino

primário por ter a característica de instruir as crianças por meio da leitura, da escrita e dos cálculos. No jornal, aparecem anúncios de escolas com a instrução primária, como no dia 04 de janeiro de 1915, com o anúncio do *Collegio Santos Dumont*; em 17 de julho de 1916, anúncio do *Collegio Paranaense* e da *Escola Americana* no dia 25 de janeiro de 1917.

Desse modo, o jornal traz, em 1º de fevereiro de 1917, que a instrução pública é a base não apenas da modernização do país, mas de todo o progresso humano, por isso havia a valorização da educação integral: o intelectual, a moral e a disciplina do corpo, conforme aborda Carvalho (1989). Nesse âmbito, “[...] ser um cidadão republicano ou trabalhar para formar cidadãos, exigia crescimento intelectual [...] e a moral e prática eram, exclusivamente a moral e prática republicana”. (SANTOS, 2019, p. 210). O ensino primário era, portanto, voltado ao ensino não apenas das letras e dos números, mas era para a formação moral e civil do cidadão republicano das primeiras décadas do século XX.

Materiais e métodos

Essa é uma pesquisa histórica, com ênfase na busca pela compreensão do contexto social e educacional da sociedade paranaense no início do século XX. Para a efetivação da pesquisa, tivemos acesso ao jornal paranaense “A República” pelo site da Hemeroteca Digital, e analisamos os artigos entre os anos de 1915 a 1918, totalizando mais de 1230 publicações. Além desta fonte, há outros materiais de apoio, como o livro “A Escola e a República”, de Marta Maria Chagas de Carvalho (1989); o artigo “A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional”, de Machado e Paschoal (2009); o capítulo “Entre anúncios e artigos: registros do método intuitivo no jornal A Província de São Paulo”, de Schelbauer (2007), o livro “História da educação pela imprensa”; dissertação de mestrado “Paraná, a imprensa e a instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)”, de André de Souza Santos (2019) e o Código Educacional de 1917 (PARANÁ, 1917). Para a análise dos artigos do jornal, houve levantamento e catalogação, por meio de tabelas, dos artigos relacionados a este estudo no período mencionado.

Resultados e Discussão

Com base na leitura dos artigos do jornal “A República”, do Paraná, foi possível identificarmos que a escola pública primária, sua qualidade e sua manutenção eram temas de discussão do início do século XX. Em 14 de março de 1918, o presidente do estado, Affonso Camargo, expõe um relatório sobre a nacionalização e a organização do ensino primário, destacando que cada estado é responsável pela instrução primária. Nesse sentido, verificamos que o intuito maior do Paraná era o “[...] desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual [...]”. (MACHADO; PASCHOAL, 2009, p.86), bem como o debate que existia entre

os intelectuais do momento, como no artigo do dia 1º de janeiro de 1916: governo tem um dos primordiais deveres- instruir o povo por intermédio da educação pública. Nesse seguimento, Schelbauer (2007) destaca que o ideal republicano era o de oferecer instrução e educação, seguindo o positivismo, às classes populares. Era preciso, portanto, a difusão da ciência e a ampliação da instrução para as camadas mais populares da sociedade.

Desse modo, para que a escola primária fosse de qualidade, era imprescindível que os professores tivessem formação e especialização adequadas, tanto que, nos artigos de “A República”, aparecem que os professores paranaenses foram até São Paulo: no dia 20 de janeiro de 1917, eles foram para São Paulo para aperfeiçoamento na aplicação das regras pedagógicas. O fato de os professores se locomoverem de um estado para o outro, é explicado por, Schelbauer (2007) ao ressaltar que, em São Paulo, havia recursos, métodos e estudos modernos pela circulação de ideias americanas e europeias, mas que essa realidade não era do país como um todo. Para Santos (2019, p. 119), isto ocorria porque São Paulo era o “[...] estado socioeconomicamente mais desenvolvido [...] e, por isso, irradiava suas iniciativas às demais regiões, como o Paraná”, sendo este mais um aspecto pelo qual São Paulo era influência aos paranaenses.

Em um artigo do dia 5 de agosto de 1918, o jornal trata da superioridade do método internacional (América do Norte), já que na mais tenra idade os alunos aplicavam a teoria e o que se via por meio da educação dos sentidos, que fazia pensar, calcular e executar a linguagem, desde o Jardim de Infância, com a mediação do professor. No início do século XX, os Jardins de Infância estavam se disseminando, conforme ressaltam Machado e Paschoal (2009), devido à conseqüente modernização pela qual perpassava o país. Além disso, segundo Schelbauer (2007), era o método intuitivo que se caracterizava pelo ensino por meio dos sentidos, com influência da Europa e dos Estados Unidos da América.

Naquele momento, o Código Educacional brasileiro de 1917 apresentava artigos com diversos temas, além dos que tratavam da obrigatoriedade, da organização, da assistência escolar do ensino primário e das matérias de cada ano do ensino primário com seus respectivos conteúdos, sendo elas voltadas para a aprendizagem da leitura, da escrita e dos cálculos, isto é, era uma escola para o povo, mas que não garantia a formação máxima, mesmo com o objetivo dos republicanos de formar integralmente (moral, físico, intelectual, emocional e social) o cidadão brasileiro do início do século XX para, além do desenvolvimento humano, o trabalho e o civismo. (CARVALHO, 1989).

Conclusões

Em virtude dos fatos mencionados, foi possível averiguar a disseminação do ensino público primário no estado do Paraná por meio do ideal republicano de oferecer instrução às classes populares, no sentido de educar integralmente o cidadão brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e por intermédio dos artigos do jornal, os quais discutiam e

apresentavam questões deste nível de ensino aos paranaenses. Além disso, compreendemos que a influência do positivismo e do método intuitivo, vindos da Europa e dos Estados Unidos, e tendo São Paulo como mediador dessas ideias, foi um fato importante para a instrução primária paranaense, como mencionado pelo jornal. Por fim, verificamos que o Código Educacional de 1917 dispunha de ferramentas que davam base para a obrigatoriedade e manutenção do ensino primário público.

Agradecimentos

Ao Apoio ao Conselho Nacional Desenvolvimento Científico (CNPq), à minha orientadora Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado por todos os ensinamentos e incentivo no desenvolvimento da pesquisa e à Universidade Estadual de Maringá por todo suporte.

Referências

A REPÚBLICA. Paraná: A. Freitas, 1915-1918.

CARVALHO, M. M. C.; de. **A Escola e a República**. 1. ed. São Paulo: brasiliense, 1989. 86 p.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

SANTOS, A. S.; **Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SCHELBAUER, A. R.; Entre anúncios e artigos: registros do método intuitivo no jornal A Província de São Paulo (1875-1889). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 7-30.